



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
Código Postal 8104-001

[Handwritten signatures]
Luc

302/2018

**CONTRATO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE CHAPA E
PINTURA PARA VEÍCULOS DE GRANDES
DIMENSÕES, PELO VALOR GLOBAL DE 150.000,00€,
AO QUAL ACRESCE O IVA À TAXA LEGAL.**

Aos trinta dias do mês de Julho do ano de 2018, em Loulé, no Edifício dos Paços do Concelho, perante mim, Maria Ricardo Correia Pinto Guerreiro, oficial público dos contratos, da Câmara Municipal de Loulé, conforme despacho emitido pelo Senhor Presidente da Câmara no dia dezassete de outubro de dois mil e dezassete, é celebrado o presente contrato:-----

Entre o **MUNICÍPIO DE LOULÉ**, pessoa coletiva número 502098139, com sede na Praça da República, em Loulé, representado por **VÍTOR MANUEL GONÇALVES ALEIXO**, na qualidade de seu Presidente, com poderes para o ato, nos termos legais e a empresa **OLPE – COMÉRCIO E REPARAÇÃO DE VEÍCULOS PESADOS, LDA**, com sede no Caminho Pedro José, Quelfes - Olhão, matriculada na Conservatória do Registo Comercial com o número único de matrícula e pessoa coletiva 505116995, com o capital social de 5.000,00€ representada por **GILBERTO HILÁRIO DAS NEVES DIAS**, portador do cartão de cidadão número 05205379-2ZY5, válido até 6 de julho de 2021, contribuinte número 106841505, a qual outorga na qualidade de gerente com poderes para o ato conforme consta da certidão permanente, é celebrado e reciprocamente aceite o presente contrato que se rege pelas cláusulas seguintes:-----

PRIMEIRA: Por despacho do Sr. Vice-Presidente de **23 de Julho de 2018**, e na sequência e na sequência do concurso público, cujo anúncio foi publicado no Diário da Republica número 122, II Série de 27 de Junho de 2018 foi adjudicado à empresa **OLPE – COMÉRCIO E REPARAÇÃO DE VEÍCULOS PESADOS, LDA**, o fornecimento de “**SERVIÇOS CONTÍNUOS DE CHAPA E PINTURA PARA VEÍCULOS DE GRANDES DIMENSÕES**” pelo valor global de 150.000,00€ (cento e cinquenta mil euros) acrescido de IVA à taxa legal em vigor, conforme caderno de encargos e proposta do adjudicatário, e demais elementos patentes no concurso que se consideram integrados no presente contrato, tendo o encargo cabimento na rubrica orçamental **02/02.02.03**;-----



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
Código Postal 8104-001

[Handwritten signatures] 2

A despesa referente a este contrato tem o compromisso orçamental n.º **5613** e o LCPA n.º **9373** no âmbito do artigo 5.º da Lei n.º 8/2012, de 21/02, conjugado com o artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21/06;-----

SEGUNDA: O objeto do presente contrato consiste na contratação de serviços contínuos de chapa e pintura para veículos de grandes dimensões, conforme se descreve pormenorizadamente no caderno de encargos e na proposta do prestador de serviços que se dá por inteiramente reproduzida;-----

TERCEIRA: O contrato vigora até ao limite máximo de faturação correspondente ao valor do contrato ou até ao final 2020 a contar da data da celebração do contrato, consoante o que ocorra em primeiro lugar;-----

QUARTA: O contrato visa assegurar o bom funcionamento das viaturas propriedade da Câmara Municipal de Loulé, nos termos do artigo 3.º do caderno de encargos.-----

O Município de Loulé não fica obrigado a abastecer-se em regime de exclusividade absoluta ao adjudicatário, embora o recurso a outros fornecedores, só deva ocorrer em situações pontuais e residuais relativamente às suas necessidades, devido a circunstâncias imprevistas, ou quando não seja viável recorrer a este, em condições ou tempo útil.-----

Caso o contrato se extinga no término do prazo previsto, sem que se tenha adquirido o valor global do contrato, não poderá em caso algum, por esse facto, o fornecedor reclamar qualquer tipo de indemnização à Câmara Municipal de Loulé;-----

QUINTA: Nos termos dos artigos 4.º e 6.º do caderno de encargos e da legislação aplicável, o prestador de serviços garantirá a conformidade dos serviços fornecidos e dos bens envolvidos no objeto do contrato, sem qualquer encargo para o contraente público, pelo(s) prazo(s) 36 meses, contra quaisquer defeitos ou discrepâncias com as exigências legais e requisitos técnicos definidos no caderno de encargos, e que se venham a revelar a partir da respetiva aceitação dos bens.-----

Os bens objecto do contrato devem ser entregues em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam;-----

SEXTA: Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
Código Postal 8104-001

[Handwritten signatures and initials]

decorrem para o fornecedor as obrigações principais previstas no artigo 5.º do já referido caderno de encargos;-----

SÉTIMA: O adjudicatário garantirá o sigilo quanto a informações que os seus técnicos venham a ter conhecimento relacionadas com a atividade da entidade adjudicante. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.-----

Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo prestador de serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes;-----

OITAVA: As quantias devidas pela Entidade Adjudicante deve(m) ser paga(s) no prazo máximo de 60 dias após a receção das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.-----

Os pagamentos serão efetuados de acordo com as quantidades requisitadas e fornecidas pelo adjudicatário, às quais será aplicado o respetivo preço unitário da proposta e após o Município de Loulé reconhecer não existir lugar a reclamações, sendo que os preços unitários apresentados são fixos durante o período de vigência do contrato.-----

Em caso de discordância por parte da Entidade Adjudicante quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao fornecedor, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o fornecedor obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida;-----

NONA: Se o fornecedor não cumprir os prazos de entrega estabelecidos, ou os que venham a ser acordados, acrescidos das prorrogações legais ou graciosas que venham a ter lugar, ser-lhe-á aplicada uma pena pecuniária, calculada sobre o valor da encomenda, de montante a fixar nos seguintes termos:-----

- a) 2% (dois por cento) no primeiro dia de atraso;-----
- b) + 4% (quatro por cento) no segundo dia de atraso;-----
- c) + 6% (seis por cento) no terceiro dia de atraso;-----



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
Código Postal 8104-001

4
J. T. Dias
Ruc

d) + 8% (oito por cento) por cada dia de atraso, a partir do quarto dia de atraso em diante, até ao limite de 36% (trinta e seis por cento).-----

Em caso de resolução do contrato por incumprimento do fornecedor, a Entidade adjudicante pode exigir-lhe uma pena pecuniária de 20% do preço contratual, nos termos do artigo 10.º do caderno de encargos;-----

DÉCIMA: Não podem ser impostas penalidades ao fornecedor, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.-----

Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.-----

Não constituem força maior, designadamente o ponto 3 do artigo 11.º de caderno de encargos.-----

A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.-----

A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afectadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior;-----

DÉCIMA PRIMEIRA: Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, a Entidade Adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de fornecedor violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos:-----

- a) Quando se verifiquem incumprimentos, ou seja atraso na entrega superior a 30 dias.
- b) Quando se verificar que o objeto do contrato não corresponde às características e especificações que lhe são atribuídas na proposta e restante documentação apresentada pelo adjudicatário.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
Código Postal 8104-001

5
Loulé
TMC

O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao fornecedor e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pela Entidade Adjudicante.-----

DÉCIMA SEGUNDA: Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o fornecedor pode resolver o contrato quando:-----

a) Qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de seis meses ou o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros;-----

DÉCIMA TERCEIRA: A subcontratação pelo fornecedor e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos;-----

DÉCIMA QUARTA: Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulado o foro dos tribunais com competência territorial no concelho de Loulé, com expressa renúncia a qualquer outro;-----

DÉCIMA QUINTA: De acordo com o previsto no n.º 1 do artigo 290.º-A do CCP o gestor designado com a função de acompanhar permanentemente a execução do contrato é Célia Brás, Técnica da Divisão de Ambiente, Transportes e Oficinas;-----

DÉCIMA SEXTA: Que, nos casos omissos ao presente contrato, ou aos documentos a ele anexos, aplicar-se-ão as normas legais em vigor e supletivamente o disposto no CCP e restante legislação aplicável.-----

Que este contrato foi precedido de minuta, aprovada por despacho do Sr. Vice-Presidente de 23 de Julho de 2018, e aceite pela representada do segundo outorgante.-----

Do presente contrato fazem parte três anexos:-----

Anexo 1 – Caderno de Encargos;-----

Anexo 2 – Convite;-----

Anexo 3 - Proposta do adjudicatário.-----

E, que ambos os outorgantes aceitem este contrato nos precisos termos exarados, de que tomaram integral conhecimento, assim como dos documentos anexos, que depois de lido vai ser assinado por todos os intervenientes.-----

O PRIMEIRO OUTORGANTE,

Silvestre Gonçalves Reis



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
Código Postal 8104-001

O SEGUNDO OUTORGANTE,

O OFICIAL PÚBLICO DOS CONTRATOS,